

MARINHA DO BRASIL

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

(Processo Administrativo nº 61074.007876/2021-41)

TERMO DE REFERÊNCIA

(Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro total automotivo para a frota do Estado-Maior da Armada (EMA), em Brasília-DF, com assistência 24 horas e cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio e fenômenos da natureza, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices:

| ITEM | DESCRIÇÃO | CÓDIGO CATSER | QTD | MÉTRICA | PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL |
|------|--|---------------|-----|---------|------------------------|
| 1 | Prêmio referente ao seguro veicular da frota do EMA em Brasília-DF | 22764 | 1 | SVÇ | R\$ 20.432,33 |

1.1.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.1.2. As descrições e especificações contidas neste Termo de Referência se sobrepõem àquelas correspondentes ao código do CATSER – Catálogo de Serviços aqui adotado, no caso de eventuais incongruências entre elas.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.3.1. O contrato firmado é meramente estimativo, de forma que somente será devido à CONTRATADA o preço do prêmio correspondente às viaturas efetivamente asseguradas.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, APÊNDICE I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice I deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.1.2. Proteger o EMA quanto à perda financeira decorrente dos resultados negativos da ocorrência de roubo, furto, colisão, incêndio, fenômenos da natureza e indenização por danos pessoais.

5.1.3. Prevenir os efeitos negativos da ocorrência de sinistros envolvendo os veículos da frota.

5.1.4. Conferir segurança perante as incertezas de ocorrência ou não de sinistros de trânsito.

5.1.5. O prazo de vigência inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/1993.

5.1.6. Na transição do atual contrato para o que será firmado em decorrência desta licitação, aproveitar-se-á o benefício de classe de bônus de seguro das viaturas que a detiverem, a fim de obter maior vantajosidade econômica para a Administração e assemelhar as condições de pagamento às do setor privado, conforme inciso III, art. 15, da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Além dos pontos acima, como requisito para celebração do contrato, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme modelo constante no APÊNDICE II deste Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa constante na cláusula 14 do Estudo Técnico Preliminar (APÊNDICE I deste Termo de Referência).

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas viaturas e nas instalações do EMA pertinentes à execução do serviço, acompanhado por militar designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10:15h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h, mediante prévio agendamento, conforme as informações mencionadas a seguir:

| ÓRGÃO | | HORÁRIOS PARA VISTORIA (HORÁRIO LOCAL) | |
|---------------------------------------|--|--|--|
| | | MANHÃ | TARDE |
| Estado-Maior da Armada UASG 720000 | ITEM 1 Estado-Maior da Armada em Brasília (EMA) | Apenas em dias úteis: 10:15h às 12:00h | Apenas em dias úteis: 14:00h às 16:00h |
| | | ENDEREÇO | CONTATO PARA AGENDAMENTO |
| | | Esplanada dos Ministérios, Bloco "N", 5º andar, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, DF, CEP 70.055-900 | ema.licitacao@marinha.mil.br |

7.1.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.1.2. Para a vistoria o representante legal do licitante, ou seu funcionário/profissional técnico indicado, deverá estar devidamente identificado, acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das instalações da Administração, e apresentar:

7.1.2.1. Documento de identidade civil.

7.1.2.2. Documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.1.2.3. Modelo de Atestado de Vistoria Técnica, conforme anexo do edital.

7.2. A não realização da vistoria, que é facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos veículos e dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Após a assinatura do Termo de Contrato, o CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) contendo a relação dos veículos a serem efetivamente assegurados, devendo a CONTRATADA aceitá-la no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

8.1.2. No prazo máximo de 15 dias, contado a partir da data de aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) pela CONTRATADA, ela deverá emitir e encaminhar ao CONTRATANTE uma única apólice de seguro para a totalidade de veículos que compõem a frota, conforme art. 13 da Circular SUSEP nº 642/2021.

8.1.3. Independente de prévia emissão da apólice, as viaturas passarão a estar asseguradas pela seguradora CONTRATADA a partir das 24:00h do dia término da vigência do atual seguro contratado para os veículos, conforme indicado na tabela constante na subcláusula 9.1.1. deste Termo de Referência.

8.1.3.1. Nas possíveis renovações do seguro ou quando da inclusão de novos veículos na apólice do seguro da frota, o prazo de vigência pertinente será o discriminado na Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correspondente.

8.1.3.2. Caso seja de interesse da CONTRATADA realizar vistoria prévia, ela deverá providenciá-la tempestivamente, de modo que não atrase o início da vigência do seguro.

8.1.4. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente e por escrito (conforme modelo constante no APÊNDICE IV, deste Termo de Referência), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após a assinatura do contrato, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

8.1.4.1. É vedada a interveniência de corretores de seguros, sob qualquer forma, no ato da contratação e/ou na execução do contrato, conforme § 3º, art. 16, do Decreto nº 60.459/1967, e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 600/2015 – Plenário-TCU).

8.1.4.2. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE para tratar de assuntos administrativos (não relacionados à comunicação de sinistros), tais quais: renovação do seguro, solicitação de inclusões/exclusões/substituições de veículos na apólice, emissão de endosso/apólice, entre outros, dar-se-á entre o preposto formalmente indicado e os representantes designados pela Administração para fiscalizar e acompanhar a execução contratual. Preferencialmente, o canal de comunicação a ser utilizado será o e-mail, exceto quando se tratar de:

8.1.4.2.1. Indicação ou substituição formal de preposto.

8.1.4.2.2. Irregularidades na execução contratual e que ensejem sanções administrativas, exceto quanto à primeira comunicação da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, a qual o CONTRATANTE o fará via E-mail de Não Conformidade.

8.1.4.3. A comunicação por e-mail será adotada de maneira preferencial, sobretudo para troca de informações rotineiras, tais quais: envio de solicitação de demanda e notas de empenho; esclarecimento de dúvidas; entre outros.

8.1.4.4. Os endereços de e-mail a serem utilizados pela CONTRATADA deverão ser informados na proposta e no documento de indicação ou substituição formal de preposto, assim como devem estar atualizados no SICAF.

8.1.4.4.1. Eventualmente, o CONTRATANTE poderá entrar em contato com o preposto por meio de ligação telefônica, motivo pelo qual a CONTRATADA deverá mantê-lo disponível, em horário comercial, mediante número de telefone de contato informado na proposta e no documento de sua indicação, assim como deve estar atualizado no SICAF.

8.1.4.5. Os representantes designados pelo CONTRATANTE para fiscalizar e acompanhar a execução contratual utilizarão os endereços de e-mail funcionais a eles atribuídos pela Administração.

8.1.4.6. Durante toda a vigência contratual, o preposto e os representantes designados pela Administração, nos dias úteis, deverão verificar, ao menos uma vez por dia (das 09:00h às 17:00h), a chegada de e-mails em suas respectivas caixas de entrada.

8.1.4.7. Todos os e-mails encaminhados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, ao serem lidos e compreendidos, deverão ser imediatamente respondidos (mantendo-se o histórico) com a expressão "CONFIRMO O RECEBIMENTO", o que não poderá ocorrer em prazo superior a 1 (um) dia útil, a contar da data de envio do e-mail recebido.

8.1.4.7.1. O CONTRATANTE adotará também o envio de e-mails com aviso de confirmação de leitura automática.

8.1.4.8. Nesse e-mail de resposta, previsto na subcláusula anterior, ainda não é necessário que seja abordado o conteúdo da mensagem recebida, ele serve apenas como feedback, ou seja, uma forma de verificar o sucesso na transmissão da mensagem e indicar se ela foi compreendida.

8.1.4.9. Para os assuntos que não serão tratados por e-mail:

8.1.4.9.1. A Administração utilizará Ofício ou Carta, observadas as regras e formas gráficas constantes nas Normas sobre Documentação Administrativa e Arquivamento na Marinha – NODAM (SGM-105).

8.1.4.9.2. A CONTRATADA deverá emitir documento, conforme definido no seu âmbito interno, assinado digital ou fisicamente pelo representante legal ou preposto formalmente indicado, endereçado ao Gestor do Contrato ou ao Ordenador de Despesas.

8.1.4.9.2.1. Esse documento, em formato de arquivo (preferencialmente em PDF), poderá ser encaminhado via e-mail, na forma de anexo, ou poderá ser protocolado presencialmente no endereço indicado pelo CONTRATANTE.

8.1.4.9.3. Para todos os casos, os documentos assinados digitalmente deverão observar o que dispõe a Lei nº 14.063/2020.

8.1.4.10. Salvo quando o edital (e seus anexos) ou a legislação aplicável indicar prazo diverso e específico, a CONTRATADA deverá responder as mensagens enviadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante prévia justificativa.

8.1.4.11. A não observância dos prazos máximos previstos para resposta aos e-mails encaminhados pelo CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA às sanções cabíveis.

8.1.4.12. A comunicação de sinistros deverá ocorrer por meio de uma central que funcionará 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana.

8.1.5. Alterações na composição da frota

8.1.5.1. Tendo em vista que o contrato a ser firmado será meramente estimativo, de forma que somente será devido à CONTRATADA o preço do prêmio correspondente às viaturas efetivamente asseguradas, conforma cláusula 1.3.1. deste Termo de Referência, quaisquer alterações na composição da frota (tais como: inclusão, substituição e exclusão

de veículos) serão informadas à seguradora CONTRATADA para que essa adéque a apólice do seguro, ajustando, para mais ou para menos, o preço do prêmio devido.

8.1.5.2. O fiscal técnico do contrato dará conhecimento, por e-mail, à CONTRATADA sobre qualquer inclusão, substituição e exclusão de veículos da frota. Após isso, dar-se-á o seguinte procedimento:

8.1.5.2.1. Tratando-se de inclusão de veículo:

8.1.5.2.1.1. Para que a seguradora promova a inserção da nova viatura na apólice do seguro da frota e o CONTRATANTE pague o preço do prêmio correspondente, o fiscal técnico informará à CONTRATADA os dados do veículo a ser incluído e solicitará que encaminhe orçamento contendo os preços do prêmio e das franquias, nos mesmos moldes estabelecidos neste Termo de Referência, atinentes à inclusão do automóvel, proporcionais ao período restante da vigência do contrato e da apólice.

8.1.5.2.1.1.1. Os preços orçados pela CONTRATADA deverão estar compatíveis com o mercado segurador, devendo o fiscal técnico se certificar disso mediante pesquisa de preços realizada conforme os ditames da Instrução Normativa (IN) nº 73/2020, da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia (ME).

8.1.5.2.1.1.1.1. Caso a pesquisa de preços demonstre que os valores orçados não estão compatíveis com o mercado, a CONTRATADA deverá ajustá-los.

8.1.5.2.1.1.2. Caso a inclusão se trate de algum dos veículos previstos na subcláusula 9.1. deste Termo de Referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA ainda esteja válida, não será necessária nova orçamentação nem pesquisa de preços, devendo o fiscal técnico providenciar a emissão da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correspondente.

8.1.5.2.1.2. Após confirmada a aderência dos preços ofertados com aqueles praticados pelo mercado, o fiscal técnico do contrato providenciará a emissão da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correlata e a encaminhará à CONTRATADA, formalizando a solicitação de inclusão da nova viatura na apólice do seguro e providenciará o pagamento correspondente, de acordo com o procedimento previsto para pagamento em tópico específico deste Termo de Referência.

8.1.5.2.2. Tratando-se de exclusão de veículo:

8.1.5.2.2.1. O fiscal técnico do contrato providenciará a emissão da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correlata, a qual conterá os dados do veículo a ser retirado da apólice, e a encaminhará à CONTRATADA, formalizando a solicitação de exclusão da viatura da apólice do seguro.

8.1.5.2.2.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) pela CONTRATADA, ela deverá fazer a devolução do valor do prêmio referente ao período não utilizado, calculado de acordo com a Tabela de Prazo Curto disponibilizada pela SUSEP.

8.1.5.2.2.2.1. Para percentuais não previstos na tabela, deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores.

8.1.5.2.2.2.2. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU).

8.1.5.2.2.2.2.1. Ainda dentro do prazo previsto na subcláusula 8.1.5.2.2.2. deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o comprovante do pagamento da GRU devidamente quitado.

8.1.5.2.2.3. A CONTRATADA não fará jus ao pagamento de qualquer tipo de multa, taxa, encargo ou emolumento pela retirada de qualquer veículo da apólice, exceto quanto à retenção dos valores relacionados a tributos, devidamente comprovados.

Continuação do Anexo A do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 2/2022, do EMA.
Continuação do Termo de Referência atinente ao Processo nº 61074.007876/2021-41.

8.1.5.2.2.4. Quando algum veículo for excluído da frota do CONTRATANTE por motivo de transferência da viatura para outra Organização Militar (OM) da Marinha do Brasil, poderá haver um acordo entre o EMA e aquela OM, no sentido de manter a viatura assegurada, a fim de evitar maiores transtornos à Força, informando à CONTRATADA tal modificação para que ela ajuste a apólice e verifique se há alguma alteração no preço do prêmio já pago, procedendo à devolução do prêmio pago a maior ou ao pagamento da sua diferença, caso aplicável, seguindo os mesmos ritos previstos neste Termo de Referência.

8.1.5.2.3. Tratando-se de substituição de veículo:

8.1.5.2.3.1. Para que a seguradora promova a substituição de viatura assegurada na apólice do seguro da frota, o fiscal técnico informará à CONTRATADA os dados dos veículos envolvidos e solicitará que encaminhe orçamento contendo os preços do prêmio e das franquias, nos mesmos moldes estabelecidos neste Termo de Referência, atinentes ao veículo a ser incluído, proporcionais ao período restante da vigência da apólice.

8.1.5.2.3.1.1. Ao receber o orçamento, o CONTRATANTE procederá o mesmo rito constante na subcláusula 8.1.5.2.1., deste Termo de Referência, previsto para a inclusão de novos veículos na apólice do seguro.

8.1.5.2.3.2. Após confirmada a aderência dos preços ofertados com aqueles praticados pelo mercado, o fiscal técnico do contrato providenciará a emissão da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correlata e a encaminhará à CONTRATADA, formalizando a solicitação de substituição de veículo constante na apólice do seguro.

8.1.5.2.3.3. Caso o preço do prêmio orçado se mostre menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer, nos mesmos moldes do procedimento constante na subcláusula 8.1.5.2.2., deste Termo de Referência, previsto para a exclusão de veículos da apólice do seguro.

8.1.5.2.3.4. Caso o preço do prêmio orçado se mostre maior que o anteriormente contratado, o CONTRATANTE realizará o pagamento da diferença.

8.1.5.2.3.5. A CONTRATADA não fará jus ao pagamento de qualquer tipo de multa, taxa, encargo ou emolumento pela substituição de qualquer veículo da apólice, exceto quanto à retenção dos valores relacionados a tributos, devidamente comprovados.

8.1.5.3. Qualquer alteração na composição da frota acarretará na adequação da apólice do seguro da frota mediante a emissão de endosso, o qual deverá ser emitido pela CONTRATADA e encaminhada ao CONTRATANTE no prazo máximo de 15 dias, contado a partir da data de aceitação pela CONTRATADA da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) correspondente, conforme art. 13 da Circular SUSEP nº 642/2021.

8.1.5.3.1. Para os fins previstos na Circular SUSEP nº 642/2021 e aplicáveis a este Termo de Referência:

8.1.5.3.1.1. A Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) que tenha a finalidade de formalizar o interesse do EMA em contratar, alterar ou renovar o seguro se equivale à proposta conceituada no inciso X, art. 2º, da Circular SUSEP nº 642/2021.

8.1.5.3.1.2. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência), contado da data em que o CONTRATANTE o encaminhou ao endereço de e-mail da CONTRATADA constante na sua proposta vencedora do certame e no SICAF.

8.1.5.3.1.2.1. A ausência de manifestação da CONTRATADA no prazo previsto na subcláusula anterior caracterizará a aceitação tácita da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência), sendo considerada como data de aceitação o dia término desse prazo.

8.1.5.4. Nos casos em que for necessária a apresentação de orçamento pela CONTRATADA, essa deverá fazê-lo no prazo máximo de 5 dias úteis.

8.1.6. Aplicar-se-ão as normas e orientações da SUSEP ao contrato objeto deste Termo de Referência.

8.2. A execução dos serviços, que será iniciada conforme previsto na subcláusula 8.1.3. deste Termo de Referência, dar-se-á na forma que segue:

8.2.1. Em caso de indenização integral, utilizar-se-á a metodologia de valor de mercado referenciado, e o valor pago terá como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) no site www.fipe.org.

8.2.1.1. Na extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, será considerada a MOLICAR, divulgada pela revista QUATRO RODAS, conforme parágrafo único, art. 5º, da Circular SUSEP nº 639/2021.

8.2.2. Da apólice:

8.2.2.1. No prazo máximo de 15 dias, contado a partir da data de aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) pela CONTRATADA, ela deverá emitir e encaminhar ao CONTRATANTE uma única apólice de seguro para a totalidade de veículos que compõem a frota, conforme art. 13 da Circular SUSEP nº 642/2021, não gerando custo para o CONTRATANTE.

8.2.2.2. Deverá constar na apólice:

8.2.2.2.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

8.2.2.2.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.

8.2.2.2.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado, no caso 100%.

8.2.2.2.4. Prêmios discriminados por cobertura.

8.2.2.2.5. Limites de indenização por cobertura, conforme os valores constantes na tabela mencionada na subcláusula 9.3., deste Termo de Referência.

8.2.3. Do Endosso:

8.2.3.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas, pelo CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência), e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo de Referência.

8.2.3.2. Poderá ser solicitada correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice, para qual poderá ser emitido endosso ou apresentada nova versão da apólice corrigida.

8.2.3.3. Sempre que houver a necessidade de emissão de endosso, a CONTRATADA deverá emití-lo e encaminhá-lo ao CONTRATANTE no prazo máximo de 15 dias, contado a partir da data de aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) pela CONTRATADA, conforme art. 13 da Circular SUSEP nº 642/2021, não gerando custo para o CONTRATANTE.

8.2.3.3.1. Para os fins previstos na Circular SUSEP nº 642/2021 e aplicáveis a este Termo de Referência, a Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência) que tenha a finalidade de formalizar o interesse do EMA em contratar, alterar ou renovar o seguro se equivale à proposta conceituada no inciso X, art. 2º, dessa Circular.

Continuação do Anexo A do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 2/2022, do EMA.
Continuação do Termo de Referência atinente ao Processo nº 61074.007876/2021-41.

8.2.3.3.1.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para aceitação da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência), contado da data em que o CONTRATANTE a encaminhou ao endereço de e-mail da CONTRATADA constante no seu cadastro no SICAF, no Termo de Indicação de Preposto e na sua proposta apresentada para o certame.

8.2.3.3.1.1.1. A ausência de manifestação da CONTRATADA no prazo previsto na subcláusula anterior caracterizará a aceitação tácita da Ordem de Serviço (conforme modelo constante no APÊNDICE III deste Termo de Referência), sendo considerada como data de aceitação o dia término desse prazo.

8.2.4. Da Avaria:

8.2.4.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isso não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, essa avaria excluída da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

8.2.4.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".

8.2.4.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

8.2.4.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia facultativa será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação.

8.2.5. Do Aviso de Sinistro:

8.2.5.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, uma central de comunicação para aviso de sinistro.

8.2.5.2. A central poderá ser acionada por e-mail, telefone, ou serviço online, disponível em todo o território nacional.

8.2.5.3. Após registro do sinistro, por um dos meios anteriormente elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

8.2.5.4. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

8.2.6. Da Franquia:

8.2.6.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos para o prêmio.

8.2.6.2. Os preços das franquias deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e na apólice, devendo, para isso, serem observadas as informações, detalhes e limites máximos constantes na cláusula 9 deste Termo de Referência.

8.2.6.3. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

8.2.7. Salvados:

8.2.7.1. Uma vez paga a Indenização Integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

8.2.7.2. É de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos competentes.

8.2.8. Dos Sinistros:

8.2.8.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

Continuação do Anexo A do Edital referente ao Pregão Eletrônico nº 2/2022, do EMA.
Continuação do Termo de Referência atinente ao Processo nº 61074.007876/2021-41.

8.2.8.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furtos, incluindo os vidros.

8.2.8.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

8.2.8.1.3. Raios e suas consequências.

8.2.8.1.4. Início da execução incêndios ou explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

8.2.8.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

8.2.8.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

8.2.8.1.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

8.2.8.1.7.1. Em casos de que trata a subcláusula anterior, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia.

Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

8.2.8.1.8. Granizo.

8.2.8.1.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

8.2.8.1.10. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF - Danos Pessoais).

8.2.8.1.11. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

8.2.8.1.12. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

8.2.8.1.12.1. Chaveiro.

8.2.8.1.12.2. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE.

8.2.8.1.12.3. Transporte dos seus ocupantes em caso de imobilização do automóvel segurado.

8.2.8.1.12.4. Transporte dos seus ocupantes por roubo ou furto do veículo segurado.

8.2.9. Regulação de Sinistro:

8.2.9.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

8.2.9.2. Decorrido o prazo estabelecido na subcláusula anterior e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

8.2.9.3. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de adicionais.

8.2.9.4. Em caso de sinistro em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina autorizada para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

8.2.9.5. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contado da data do aviso de sinistro.

8.2.9.6. Havendo descumprimento do prazo estabelecido na subcláusula anterior, tal conduta será considerada infração administrativa, sujeitando a seguradora CONTRATADA a sanções (multa diária), conforme discriminado em tópico específico deste Termo de Referência.

8.2.10. Do salvamento:

8.2.10.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

8.2.10.2. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia CONTRATADA para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

8.2.11. Da Indenização Integral:

8.2.11.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

8.2.11.2. Em caso de roubo ou furto do veículo sem que ele seja recuperado também haverá indenização integral.

8.2.11.3. Em caso de indenização integral, a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes às avarias previamente constatadas.

8.2.11.4. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o CONTRATANTE realizará os procedimentos legais previstos na legislação vigente para transferência de propriedade do veículo para sociedade seguradora.

8.2.12. O Glossário com as terminologias aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência será o utilizado no Guia de Orientação e Defesa do Consumidor do Mercado de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização / Superintendência de Seguros Privados – 1ª edição – Rio de Janeiro: SUSEP, 2017 (http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/corin/FINAL%20-%202017_01_24-Susep-guia_completo-rev12_v3.pdf/view)

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Composição da frota:

9.1.1. ITEM 1 – FROTA DE 19 (DEZENOVE) VEÍCULOS DO EMA SEDIADA EM BRASÍLIA-DF

| | FABRICANTE | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/ MODELO | COMB. | CHASSI | SEGURO ATUAL | | |
|----|------------|-----------|------------------------|-------|------------------|--------------|-----------------|--------------|
| | | | | | | SEGURADORA | CLASSE DE BÔNUS | VIGÊNCIA ATÉ |
| 1 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2019 | FLEX | 9BRBD3HE4K0***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 2 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2019 | FLEX | 9BRBD3HE1K0***** | GENTE | 0/0 | 06/09/2022 |
| 3 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2018 | FLEX | 9BRBL3HE5J0***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 4 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 5 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 6 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 7 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | GENTE | 0/0 | 06/09/2022 |
| 8 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | GENTE | 0/0 | 06/09/2022 |
| 9 | RENAULT | MEGANE | 2008/2008 | G | 93YLM2N368J***** | GENTE | 0/0 | 06/09/2022 |
| 10 | CITROEN | JUMPER | 2014/2014 | D | 935ZBWMMBE2***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 11 | CITROEN | JUMPER | 2012/2013 | D | 935ZBWMMBD2***** | GENTE | 1/10 | 06/09/2022 |
| 12 | CITROEN | C4 PALLAS | 2011/2012 | FLEX | 8BCLDRFJVCG***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 13 | FIAT | PALIO | 2009/2010 | FLEX | 9BD17164LA5***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 14 | FIAT | DUCATO | 2007/2008 | D | 93W244M2382***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 15 | FIAT | STRADA | 2006/2006 | FLEX | 9BD27801C62***** | GENTE | 1/10 | 06/09/2022 |
| 16 | PEUGEOT | 408 | 2013/2013 | FLEX | 8AD4DRFJYEG***** | ALLIANZ | 0/0 | 06/09/2022 |
| 17 | FORD | FOCUS | 2012/2013 | FLEX | 8AFTZZFFCDJ***** | ALLIANZ | 0/0 | 06/09/2022 |
| 18 | NISSAN | VERSA | 2017/2017 | FLEX | 94DBCAN17HB***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |
| 19 | GM | CELTA | 2004/2005 | G | 9BGRZ48X05G***** | GENTE | 3/20 | 06/09/2022 |

9.1.1.1. As viaturas mencionadas na tabela anterior, que compõem a frota referente ao Item 1, pernoitam nas dependências do prédio do Comando da Marinha, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “N”, S/N, Zona Cívico-Administrativa, Brasília, DF, CEP. 70.055-900, e circulam preponderantemente na região do Distrito Federal.

9.1.2. Na frota, não há veículos blindados.

9.2. Franquias:

9.2.1. Os preços das franquias ofertados pela seguradora deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes neste Termo de Referência, não devendo exceder os seguintes limites máximos:

9.2.1.1. ITEM 1 – FROTA DE 19 (DEZENOVE) VEÍCULOS DO EMA SEDIADA EM BRASÍLIA-DF

| | FABRICANTE | MODELO | ANO FAB | ANO MOD | COMBUSTÍVEL | FRANQUIAS (PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS) | | | | | |
|----|------------|-----------|---------|---------|-------------|---------------------------------------|----------------------|------------|------------|--------------|--------------|
| | | | | | | PERDA PARCIAL | VIDROS | | | | |
| | | | | | | | DIANTEIRO / TRASEIRO | LATERAL | RETROVISOR | FAROL | LANTERNA |
| 1 | TOYOTA | COROLLA | 2018 | 2019 | FLEX | R\$ 3.538,15 | R\$ 150,00 | R\$ 33,33 | R\$ 76,25 | R\$ 208,75 | R\$ 208,75 |
| 2 | TOYOTA | COROLLA | 2018 | 2019 | FLEX | R\$ 3.538,15 | R\$ 150,00 | R\$ 33,33 | R\$ 76,25 | R\$ 208,75 | R\$ 208,75 |
| 3 | TOYOTA | COROLLA | 2018 | 2018 | FLEX | R\$ 3.538,15 | R\$ 175,00 | R\$ 33,33 | R\$ 85,00 | R\$ 217,50 | R\$ 217,50 |
| 4 | TOYOTA | COROLLA | 2006 | 2007 | G | R\$ 3.294,71 | R\$ 143,33 | R\$ 25,00 | R\$ 61,67 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 5 | TOYOTA | COROLLA | 2006 | 2007 | G | R\$ 3.294,71 | R\$ 143,33 | R\$ 25,00 | R\$ 61,67 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 6 | TOYOTA | COROLLA | 2006 | 2007 | G | R\$ 3.294,71 | R\$ 143,33 | R\$ 25,00 | R\$ 61,67 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 7 | TOYOTA | COROLLA | 2006 | 2007 | G | R\$ 3.294,71 | R\$ 143,33 | R\$ 25,00 | R\$ 61,67 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 8 | TOYOTA | COROLLA | 2006 | 2007 | G | R\$ 3.294,71 | R\$ 143,33 | R\$ 25,00 | R\$ 61,67 | R\$ 150,00 | R\$ 150,00 |
| 9 | RENAULT | MEGANE | 2008 | 2008 | G | R\$ 3.202,98 | R\$ 168,75 | R\$ 60,00 | R\$ 135,00 | R\$ 187,50 | R\$ 187,50 |
| 10 | CITROEN | JUMPER | 2014 | 2014 | D | R\$ 6.363,61 | R\$ 154,22 | R\$ 55,62 | R\$ 242,38 | R\$ 223,08 | R\$ 223,08 |
| 11 | CITROEN | JUMPER | 2012 | 2013 | D | R\$ 5.950,44 | R\$ 154,22 | R\$ 55,62 | R\$ 242,38 | R\$ 223,08 | R\$ 223,08 |
| 12 | CITROEN | C4 PALLAS | 2011 | 2012 | FLEX | R\$ 3.181,89 | R\$ 246,25 | R\$ 60,00 | R\$ 272,50 | R\$ 432,50 | R\$ 432,50 |
| 13 | FIAT | PALIO | 2009 | 2010 | FLEX | R\$ 1.973,33 | R\$ 86,67 | R\$ 15,00 | R\$ 41,67 | R\$ 50,00 | R\$ 50,00 |
| 14 | FIAT | DUCATO | 2007 | 2008 | D | R\$ 5.147,41 | R\$ 135,28 | R\$ 48,71 | R\$ 281,50 | R\$ 214,11 | R\$ 214,11 |
| 15 | FIAT | STRADA | 2006 | 2006 | FLEX | R\$ 2.108,43 | R\$ 85,00 | R\$ 17,50 | R\$ 43,33 | R\$ 51,67 | R\$ 51,67 |
| 16 | PEUGEOT | 408 | 2013 | 2013 | FLEX | R\$ 3.605,43 | R\$ 530,00 | R\$ 135,00 | R\$ 150,00 | R\$ 1.130,00 | R\$ 1.130,00 |
| 17 | FORD | FOCUS | 2012 | 2013 | FLEX | R\$ 2.630,48 | R\$ 196,25 | R\$ 70,00 | R\$ 120,00 | R\$ 163,75 | R\$ 163,75 |
| 18 | NISSAN | VERSA | 2017 | 2017 | FLEX | R\$ 2.579,23 | R\$ 188,33 | R\$ 35,00 | R\$ 131,67 | R\$ 153,33 | R\$ 153,33 |
| 19 | GM | CELTA | 2004 | 2005 | G | R\$ 1.954,93 | R\$ 91,67 | R\$ 17,50 | R\$ 45,00 | R\$ 61,67 | R\$ 61,67 |

9.3. Importâncias asseguradas

| DANOS MATERIAIS | DANOS PESSOAIS | MORTE | INVALIDEZ | INDENIZAÇÃO INTEGRAL |
|-----------------|----------------|---------------|---------------|----------------------|
| R\$ 100.000,0 | R\$ 100.000,0 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | 100% - tabela FIPE |

9.4. Do Questionário de Avaliação de Risco

9.4.1. Os veículos são conduzidos por militares e servidores civis subordinados ao CONTRATANTE, habilitados para condução do carro segurado.

9.4.2. Os veículos pernoitam e permanecem recolhidos nos estacionamentos fechados e privativos situados no endereço informado na subcláusula 9.1.1.1. deste Termo de Referência.

9.4.3. Durante o período da vigência do seguro, será LIVRE a previsão da quilometragem a ser percorrida pelos veículos que compõem a frota objeto desta contratação.

9.4.4. Não há veículos blindados na frota.

9.5. Prêmios

9.5.1. Os preços dos prêmios ofertados pela seguradora deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes neste Termo de Referência, não devendo exceder os seguintes limites máximos:

9.5.1.1. ITEM 1 – FROTA DE 19 (DEZENOVE) VEÍCULOS DO EMA SEDIADA EM BRASÍLIA-DF

| | FABRICANTE | MODELO | ANO FABRICAÇÃO/ MODELO | COMB. | CHASSI | PRÊMIO (PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL) |
|----|------------|-----------|---------------------------|-------|------------------|------------------------------------|
| 1 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2019 | FLEX | 9BRBD3HE4K0***** | R\$ 1.419,94 |
| 2 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2019 | FLEX | 9BRBD3HE1K0***** | R\$ 1.419,94 |
| 3 | TOYOTA | COROLLA | 2018/2018 | FLEX | 9BRBL3HE5J0***** | R\$ 1.339,74 |
| 4 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | R\$ 948,74 |
| 5 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | R\$ 948,74 |
| 6 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | R\$ 948,74 |
| 7 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | R\$ 948,74 |
| 8 | TOYOTA | COROLLA | 2006/2007 | G | 9BR53ZEC278***** | R\$ 948,74 |
| 9 | RENAULT | MEGANE | 2008/2008 | G | 93YLM2N368J***** | R\$ 786,68 |
| 10 | CITROEN | JUMPER | 2014/2014 | D | 935ZBWMME2***** | R\$ 1.753,22 |
| 11 | CITROEN | JUMPER | 2012/2013 | D | 935ZBWMMD2***** | R\$ 1.661,76 |
| 12 | CITROEN | C4 PALLAS | 2011/2012 | FLEX | 8BCLDRFJVCG***** | R\$ 964,41 |
| 13 | FIAT | PALIO | 2009/2010 | FLEX | 9BD17164LA5***** | R\$ 786,95 |
| 14 | FIAT | DUCATO | 2007/2008 | D | 93W244M2382***** | R\$ 1.253,27 |
| 15 | FIAT | STRADA | 2006/2006 | FLEX | 9BD27801C62***** | R\$ 699,73 |
| 16 | PEUGEOT | 408 | 2013/2013 | FLEX | 8AD4DRFJYEG***** | R\$ 1.063,90 |
| 17 | FORD | FOCUS | 2012/2013 | FLEX | 8AFTZZFFCDJ***** | R\$ 945,27 |
| 18 | NISSAN | VERSA | 2017/2017 | FLEX | 94DBCAN17HB***** | R\$ 996,34 |
| 19 | GM | CELTA | 2004/2005 | G | 9BGRZ48X05G***** | R\$ 597,48 |

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Boleto/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação assim o exigir.

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

10.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

10.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Indicar formalmente e por escrito (conforme modelo constante no APÊNDICE IV, deste Termo de Referência), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após a assinatura do contrato, junto ao CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato.

11.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea c do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na prestação dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus representantes, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.23. Realizar a transição contratual contribuindo com o repasse das informações referentes às classes de bônus dos veículos assegurados, quando aplicável.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.1.1. A fim de ampliar a competitividade e não inviabilizar a execução contratual, não serão considerados subcontratação os serviços executados por terceiros, sob responsabilidade da seguradora, referentes à resolução dos sinistros, tais quais: o conserto dos veículos, substituição de peças, reboque, guincho, chaveiro e transporte de pessoal.

12.1.1.1. Em qualquer hipótese, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das suas obrigações contratuais.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

13.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

13.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. O representante do Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

14.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por militares, servidores civis, equipe de fiscalização ou único militar/servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.5. A fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto.

14.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Boleto/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação mencionada na subcláusula anterior, da seguinte forma:

15.3.1. O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

15.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único militar/servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, Boleto ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Boleto/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Boleto/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Boleto/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A Nota Fiscal, Boleto ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal, Boleto ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. O prazo de validade.

16.5.2. A data da emissão.

16.5.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE.

16.5.4. O período de prestação dos serviços.

16.5.5. O valor a pagar.

16.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5.7. Dados bancários (banco, agência e conta).

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Boleto/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis durante o prazo de vigência da apólice.

17.2. Quando da renovação do seguro veicular da frota, após o interregno de um ano, a CONTRATADA poderá apresentar os preços dos prêmios e franquias reajustados para o novo período de vigência do seguro, mediante cotação realizada em consonância com a precificação condizente com o mercado segurador, que o faz sob cálculos atuariais e análise do índice de sinistralidade dos veículos, considerando o valor do veículo, variação na quantidade de ocorrências de sinistros na região onde trafegam os automóveis, entre outros aspectos. Além disso, também deverá ser levado em conta as classes de bônus das quais os veículos fazem parte.

17.2.1. Os preços orçados pela CONTRATADA deverão estar compatíveis com o mercado segurador, devendo o fiscal técnico se certificar disso mediante pesquisa de preços a ser realizada conforme os ditames da Instrução Normativa (IN) nº 73/2020, da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia (ME), solicitando que a CONTRATADA ajuste a sua cotação caso seja verificado que os preços não estão coerentes com a prática do mercado.

17.3. Tendo em vista que os preços contratados são meramente estimativos, pagando-se apenas pelas viaturas que estiverem efetivamente asseguradas, o CONTRATANTE, após o interregno de 1 (um) ano – inicialmente contado a partir da data de conclusão da pesquisa de preços que estimou os valores máximos aceitáveis para a licitação, e, nos reajustes subsequentes ao primeiro, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste - poderá reajustar o preço global do contrato, mediante apostilamento, a fim de manter o poder aquisitivo da Administração, mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054/1994):

$$R = V \frac{(I - I^o)}{I^o}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor contratual a ser reajustado

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

17.3.1. Esse reajuste pelo IPCA não irá majorar os valores a serem pagos à CONTRATADA, servindo apenas para compensar a desvalorização da moeda perante a inflação, corrigindo o preço máximo estimado para o contrato, e, assim, manter o poder aquisitivo da Administração conforme o planejado.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

18.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

18.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

18.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula 18.2., observada a legislação que rege a matéria.

18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.10. Será considerada extinta a garantia:

18.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

18.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18.12. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

19.1.1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação.

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

19.1.3. Fraudar na execução do contrato.

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na subcláusula anterior, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, mais a diante.

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista na subcláusula 19.2.4. também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

19.4. As multas poderão ser aplicadas à CONTRATADA em conjunto com as demais sanções, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|--|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia | 02 |

| Para os dispositivos a seguir, deixar de: | | |
|---|---|----|
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, ou da Equipe de Fiscalização, por ocorrência | 02 |
| 6 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer das cláusulas do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Equipe de Fiscalização, por item e por ocorrência | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

19.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

19.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

19.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em decorrência de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8.1. Caso o Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, acrescentando-se a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

20.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

20.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata esta subcláusula 20.3.1., os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

20.3.1.1.1. No mínimo, 6 veículos assegurados por seguro de frota.

20.3.1.1.2. Vigência do seguro de, no mínimo, 6 meses.

20.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

20.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar Atestado de Vistoria Técnica assinado pelo militar/servidor responsável, conforme modelo constante no APÊNDICE V deste Termo de Referência.

20.3.2.1. O Atestado de Vistoria Técnica poderá ser substituído por Declaração, conforme modelo constante no APÊNDICE VI deste Termo de Referência, emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará desse para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o CONTRATANTE.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

| ITEM | DESCRIÇÃO | CÓDIGO CATSER | QTD | MÉTRICA | PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL |
|------|--|---------------|-----|---------|------------------------|
| 1 | Prêmio referente ao seguro veicular da frota do EMA em Brasília-DF | 22764 | 1 | SVÇ | R\$ 20.432,33 |

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário do item.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. Os preços máximos aceitáveis para a contratação são os discriminados na tabela constante na subcláusula 20.4. deste Termo de Referência.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 00001/720000

Fonte de Recursos: 0100000000

Programa de Trabalho: 05122003220000001

Natureza de Despesa: 339039

Plano Interno: E4A2DV201B4

23. DOS APÊNDICES

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices:

23.1.1. APÊNDICE I – Estudo Técnico Preliminar.

23.1.2. APÊNDICE II – Modelo da Declaração de Pleno Conhecimento.

23.1.3. APÊNDICE III – Modelo de Ordem de Serviço.

23.1.4. APÊNDICE IV – Modelo de Termo de Indicação de Preposto.

23.1.5. APÊNDICE V – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica.

23.1.6. APÊNDICE VI – Modelo de Declaração de Responsabilidade.

Brasília, DF, 11 de agosto de 2022.

RAFAEL SÁ FREIRE DIAS
Segundo-Tenente (AA)
Encarregado da Divisão de Serviços Gerais

MARINHA DO BRASIL

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

(Processo Administrativo nº 61074.007876/2021-41)

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o Termo de Referência atinente ao presente processo, de acordo com o inciso II, art. 14, do Decreto nº 10.024/2019, cuja finalidade é subsidiar os licitantes com todas as informações necessárias à participação no certame e à futura execução contratual, estando presentes os elementos fundamentais à identificação do objeto, seu custo e todos os critérios de forma clara e concisa.

Brasília, DF, 11 de agosto de 2022.

OLÍMPIA DO ESPIRITO SANTO

Capitão de Fragata (T)

Ordenador de Despesas